



MERCOSUR EN LA PRENSA MERCOSUL NA IMPRENSA

4 de agosto de 2023
4 de agosto de 2023

La Selección de Noticias del MERCOSUR reúne notas de prensa de distintas fuentes. Esta Selección no refleja la opinión ni posición oficial del Parlamento del MERCOSUR; su contenido es incluido sólo como una referencia a los visitantes de nuestra página en Internet.

A seleção de notícias do MERCOSUL reúne notícias de imprensa de distintas fontes. Esta seleção não reflete a opinião e posição oficial do Parlamento do MERCOSUL, sendo apenas uma referência aos visitantes do nosso site.

@parlasur | seccomunicacion@parlamentomercosur.org | www.parlamentomercosur.org



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

ÍNDICE



ARGENTINA

LA NACION

- [Una política exterior con consensos](#)



BRASIL


agênciasenado

- [Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul tem texto aprovado pela CRE](#)
 - [Esperidião apoia fala de Lula sobre acordo com UE, mas pede mais informações](#)
 - [Emenda a protocolo de Assistência Jurídica do Mercosul vai a Plenário](#)
-



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



ULTIMAHORA.COM

- [Walter Harms presidirá el bloque de delegación paraguaya de parlasurianos](#)

LN LA NACIÓN

- [Hidrovia: Parlasur exigirá a Argentina que demuestre la contraprestación del peaje](#)
- [Acuerdo UE-Mercosur podría darse a fin de año](#)



EL PAIS

- [Bustillo: por Brasil se "han "trabado" las negociaciones](#)
-



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

crónicas
económicas

- [Acuerdo con la Unión Europea ha demorado, pero “tiene más avances que con China”](#)



- [El Brasil que precisamos](#)

EL OBSERVADOR

- [Argentina aplica más trabas a importaciones; es "una perla más" para exportadores uruguayos](#)





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Argentina

LA NACION

Una política exterior con consensos

[Patricio Carmody](#)

Durante el actual período democrático la política exterior argentina se ha caracterizado por ser incoherente y tener objetivos y estrategias cambiantes, según el gobierno en el poder. En un libro titulado *Buscando consensos al fin del mundo*, quien escribe calificó a la política exterior desde 1983 hasta 2010 (gobiernos Alfonsín - Menem - Kirchner) como **zigzagueante** - citando a Dante Caputo-, y defendió el que había que lograr los mínimos y suficientes grados de consenso para construir una política exterior coherente y efectiva en el tiempo. Lamentablemente, la política exterior a través de los gobiernos Kirchner, Macri y Fernández (2010-2023), ha continuado moviéndose al ritmo de la espada del famoso personaje del Zorro.

Por ello, el objetivo sigue siendo lograr un consenso operativo, **es decir acordar en lo básico para poder progresar y evitar el actual estancamiento**. A su vez, se debe contar con el apoyo de por lo menos dos tercios de la ciudadanía -y de sus representantes políticos-, para tener continuidad en el tiempo. Este acuerdo en lo esencial debería contemplar una política exterior para un país que debe seguir anclado en Occidente -en cuanto a valores políticos y democráticos-, pero que debe, a través de la diversificación geográfica, ampliar y profundizar sus relaciones políticas y comerciales a nivel global.

Un elemento esencial de una política exterior con consensos debería ser el potenciar una estrategia acordada de desarrollo, que beneficie en forma concreta el nivel de vida de nuestros ciudadanos. Esta debe dar un rol prominente al esfuerzo exportador en diversos sectores -energía, minería, agroganadería, industrias del conocimiento, industrias manufactureras





competitivas a nivel global y regional-. Por ello, es también importante que la política exterior **cuenta con el apoyo de dos tercios de los sectores productivos.**

Algunos ejemplos de acuerdos básicos podrían ser : 1) implementar una agenda de vinculación pragmática con EE.UU. y China, manteniendo posiciones concretas y coherentes según nuestro interés nacional ; 2) profundizar la relación con Brasil, con más integración energética y física, para facilitar el desarrollo ; 3) promover la modernización del Mercosur, y la firma y entrada en vigor del acuerdo Mercosur-Unión Europea ; 4) priorizar el Asia Pacífico como espacio de vinculación estratégica y comercial, con foco en India y ASEAN; 5) aumentar el intercambio comercial con el norte de Africa y Medio Oriente ; 6) comprometernos con la defensa de la democracia y los DD.HH. en la región.

Operar dentro de acuerdos básicos convenidos, permitiría acomodar las iniciativas que tengan las sucesivas administraciones, siempre que los criterios para mantenerlas sean su efectividad y éxito, y no razones político-ideológicas. **A su vez, se evitaría que un nuevo gobierno tire “por la borda” injustificadamente lo hecho por gobiernos anteriores.** Adicionalmente, un mayor grado de estabilidad y coherencia permitirá comunicar nuestras acciones claramente a nivel interno y externo, evitando el tener que “hablar con dos lenguas”, dando a interlocutores diferentes, mensajes diferenciados.

Una política exterior con consensos es crítica para superar el inmovilismo actual, y sobreponernos a aquellos que, como expresó **Charles De Gaulle**: “parecen haber tomado partido por la decadencia, sea por el vértigo ante las brechas a atravesar para conjurarla, sea por el sentimiento de que estas brechas no podrán ser superadas”.



Brasil



Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul tem texto aprovado pela CRE

Empresas sediadas no âmbito do Mercosul poderão disputar licitações públicas nos países que o integram. Foi aprovado nesta quinta-feira (3) pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) o [PDL 928/2021](#), sobre o Protocolo de Contratações Públicas do Mercosul. A matéria recebeu relatório favorável da senadora Professora Dorinha Seabra (União-TO) e segue para o Plenário. O texto foi lido na reunião pelo senador Mauro Carvalho Junior (União-MT).

Assinado em Brasília em dezembro de 2017 e aprovado por decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC), o acordo tem a intenção de permitir que as empresas argentinas, brasileiras, paraguaias e uruguaias participem de processos licitatórios promovidos por entidades das administrações públicas centrais dos países do Mercosul em igualdade de condições com as demais empresas concorrentes do bloco.

Igualdade de condições

Embora contenha exceções quanto ao tipo de bem licitado, o texto detalha procedimentos para os certames de que as empresas de outros países do Mercosul poderão participar.

Quanto às especificações técnicas sobre as características dos bens e serviços objeto da contratação e às prescrições para avaliar a conformidade, o texto proíbe sua elaboração de forma a anular ou limitar a concorrência ou criar "obstáculos desnecessários" à negociação ou mesmo discriminar os fornecedores.



Negação de benefícios

Um estado-parte poderá negar os benefícios previstos no protocolo a um prestador de serviços de outro Estado-parte por meio de notificação prévia em duas hipóteses:

- Se o prestador for uma pessoa jurídica de outro estado-parte que não realiza operações comerciais substanciais no território de qualquer outro estado-parte;
- ou se for uma pessoa que presta o serviço a partir de um território que não seja o de um estado-parte.

Transparência

No caso da apresentação de recursos contra os trâmites de julgamento da licitação, o PDL 938/2021 prevê que a empresa poderá recorrer a uma autoridade diferente e imparcial em relação àquela vinculada ao procedimento licitatório.

O protocolo diz que é dever do Estado tomador do serviço garantir que o fornecedor possa apelar da decisão inicial perante essa outra autoridade administrativa ou judicial, além de garantir prazo suficiente para a preparação e o oferecimento das impugnações e a entrega célere e por escrito das decisões tomadas.

Segundo Dorinha Seabra, o protocolo prescreve aos signatários compromissos em matéria de transparência e acesso aos mercados nacionais de compras públicas. "Essa perspectiva há de ser benéfica tanto para o erário quanto para os cidadãos contribuintes dos respectivos países", considerou a relatora. Para ela, o acordo é conveniente e oportuno aos interesses nacionais.

Segurança regional





Também foi aprovado pela CRE nesta quinta-feira (3) o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) [934/2021](#), que institui o Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Segurança Regional entre o Mercosul e outros cinco países da América Latina. O texto foi assinado em Córdoba em julho de 2006 e contempla, além do Mercosul, Bolívia, Chile, Equador, Peru e Venezuela. A matéria teve relatório favorável do senador Chico Rodrigues (PSB-RR) e segue para o Plenário.

Segundo a exposição de motivos do Poder Executivo, o acordo aumentará a segurança da região, promovendo cooperação na prevenção e na repressão de crimes, em particular as de caráter transnacional. Entre os crimes a serem combatidos estão o tráfico ilícito de drogas, de armas e de pessoas; o terrorismo internacional, a lavagem de dinheiro, o contrabando de veículos e os danos ambientais, entre outros.

Mercosul e Colômbia

Outra matéria aprovada pela CRE foi o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) [169/2022](#), que contém o Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Colômbia, assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23 de julho de 2018. O projeto teve relatório favorável da senadora Professora Dorinha Seabra e vai ao Plenário. A matéria também foi lida na reunião pelo senador Mauro Carvalho Junior.

O protocolo aprovado será adicionado ao Acordo de Complementação Econômica ACE-72, firmado entre Mercosul e Colômbia em 2017. O ACE 72 tem como objetivo estabelecer uma área de livre comércio entre as partes, bem como promover o desenvolvimento, os investimentos recíprocos, a integração física e a cooperação econômica, energética, científica e tecnológica. Já o objeto do protocolo é a liberalização do comércio de serviços entre as partes.

A previsão é que o texto dê mais segurança jurídica e traga melhor ambiente de negócios e menores custos no comércio de serviços entre o Brasil e a Colômbia, gerando assim oportunidades aos fornecedores brasileiros de serviços — empresas e profissionais autônomos.



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Fonte: Agência Senado





Brasil



Esperidião apoia fala de Lula sobre acordo com UE, mas pede mais informações

O senador Esperidião Amin (PP-SC) manifestou apoio, em pronunciamento nesta quinta-feira (3), a recente fala do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre as tratativas para o acordo de livre comércio entre os blocos do Mercosul e da União Europeia. Para o senador, o presidente agiu corretamente ao reclamar de exigências impostas pela UE para dar continuidade ao pacto comercial com os países latino-americanos. Amin, porém, pediu mais informações sobre a possível contraproposta do Brasil.

— Não escondo a minha solidariedade à manifestação do presidente Lula, que reclamou da manifestação unilateral da União Europeia — e reclamou corretamente —, que ameaçou o seu interlocutor, Brasil e os países da América Latina, com manifestações unilaterais, ou seja: 'Se vocês não cumprirem metas, vocês deixam de ser nossos parceiros'. Digo isso, naturalmente, não na linguagem diplomática das luvas de pelica, mas foi isso que a União Europeia falou. E eu acho que a reação do Brasil é correta, mas nós queremos saber quais são as contrapropostas do governo — afirmou o senador de oposição.

Esperidião Amin informou que apresentou, em conjunto com a senadora Tereza Cristina (PP-MS), no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), requerimento de informações ao Itamaraty para que as negociações entre os dois blocos econômicos sejam acompanhadas pelos senadores. O pedido foi aprovado pela CRE, que se reuniu pela manhã.



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

— [A tratativa] não é entre o presidente do Brasil e a eventual presidente da União Europeia; ela é entre o Brasil, os países da América Latina e a Europa, e não da Europa que mandava na América Latina, não, da Europa que tem que ser parceira, que não pode se investir de árbitro, de juiz dessa relação. É justo que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, o Senado, o Congresso, acompanhemos [...] o que quer a União Europeia de nós e quais são as nossas contrapropostas, para que nós possamos tornar a nossa torcida e o nosso compromisso minimamente esclarecidos. Torcedor sem conhecer a causa geralmente se embaralha com a bandeira ou confunde até os objetivos da sua torcida — concluiu Amin.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)





Brasil



Emenda a protocolo de Assistência Jurídica do Mercosul vai a Plenário

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou nesta quinta-feira (3) o texto da Emenda ao Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais do Mercosul, assinada em Montevideu, Uruguai, em dezembro de 2018. A Emenda já foi aprovada na Câmara dos Deputados e ganhou parecer favorável do relator na CRE do Senado, senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Agora, o [PDL 933/2021](#) segue para votação no Plenário. O texto foi lido na reunião pelo senador Mauro Carvalho Junior (União-MT).

A Emenda altera os artigos 3 e 25 do Protocolo de Assistência Jurídica Mútua em Assuntos Penais, assinados pelos membros do Mercosul, em São Luís, Argentina, em 1996. Em relação ao Artigo 3, dispositivo que se ocupa do tema das Autoridades Centrais encarregadas de receber e transmitir pedidos de assistência jurídica mútua, a Emenda aponta para a necessidade de os membros do Mercosul as designarem quando do depósito do instrumento de ratificação.

O projeto estabelece ainda que a autoridade de fronteira requerente deverá comunicar a emissão de cada solicitação de assistência direta à Autoridade Central do seu Estado. Para tanto, fixa que os meios eletrônicos de comunicação serão preferencialmente utilizados.

No dispositivo sobre autenticação de documentos e certificações, a Emenda dispensa de qualquer legalização ou outra formalidade análoga os documentos emitidos pelas autoridades competentes de um membro do Mercosul e que tramitem por intermédio das Autoridades Centrais ou diretamente entre autoridades de localidades fronteiriças.



Na exposição de motivos, os ministros das Relações Exteriores e da Justiça e Segurança Pública observam estarem “conscientes de que a cooperação jurídica entre cidades fronteiriças deve assegurar o respeito às garantias processuais e o acesso à justiça”. E que os membros do Mercosul, ao assinarem a emenda, estão “considerando a necessidade de agilizar a assistência jurídica mútua em assuntos penais entre autoridades fronteiriças, atendendo às particularidades que apresentam essas zonas geográficas”.

Acordo de Complementação

Também foi aprovado pela CRE nesta quinta-feira (3) o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) [169/2022](#), que contém o texto do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica entre o Mercosul e a Colômbia, assinado na cidade de Puerto Vallarta, México, em 23 de julho de 2018. O projeto teve parecer favorável da relatora, Professora Dorinha Seabra (União-TO), e vai ao Plenário. A matéria foi lida na reunião pelo senador Mauro Carvalho Junior.

O Protocolo aprovado será adicionado ao Acordo de Complementação Econômica ACE-72, firmado entre Mercosul e Colômbia em 2017. O ACE 72 tem como objetivo estabelecer uma área de livre comércio entre as partes, bem como promover o desenvolvimento, os investimentos recíprocos, a integração física e a cooperação econômica, energética, científica e tecnológica. O objeto do protocolo é a liberalização do comércio de serviços entre as Partes.

A previsão é que o texto dê mais segurança jurídica e previsibilidade, traga melhor ambiente de negócios e menores custos no comércio de serviços entre o Brasil e a Colômbia. Deverá, portanto, gerar crescentes oportunidades aos fornecedores brasileiros de serviços – empresas e profissionais.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Paraguay

ULTIMAHORA.COM

Walter Harms presidirá el bloque de delegación paraguaya de parlasurianos

Ayer se constituyó oficialmente la delegación paraguaya ante el Parlamento del Mercosur que está integrada por nueve senadores y nueve diputados que fueron designados. Se realizó un acto de instalación presidido por los presidentes del Congreso y Walter Harms fue electo como presidente del bloque paraguayo.

Mientras que el senador Derlis Maidana asumirá una de las vicepresidencias del organismo regional, cuya presidencia está a cargo actualmente del Uruguay, ocupada por el diputado Mario Colman.

En relación a las secretarías, la primera y la segunda, fueron propuestos la senadora Katty González y el diputado Hugo Rubin, aunque este aspecto será acordado, así como la conformación de comisiones, el próximo lunes, en Montevideo, Uruguay, de manera previa a la sesión ordinaria.

Otros integrantes de la delegación son Basilio Núñez, Lizarella Valiente, Lilian Samaniego, Javier Zacarías, Dionisio Amarilla, Noelia Cabrera y Patrick Kemper, del Senado.

En Diputados, además de Harms, están: Pastor Vera, Rodrigo Gamarra, Carlos López, Rubén Rubin, Hugo Meza, Virina Villanueva y Daniel Centurión.

La primera participación en una plenaria del organismo regional será el próximo lunes 7 de agosto, en Montevideo, Uruguay. En dicha sesión se tomará juramento a todos los parlamentarios del Mercosur.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Paraguay

LA NACIÓN

Hidrovia: Parlasur exigirá a Argentina que demuestre la contraprestación del peaje

El diputado **Rubén Rubin**, miembro del Parlamento del Mercosur (Parlasur), **adelantó que** en la reunión de dicho órgano, prevista para este lunes 7 de agosto, **se solicitará a Argentina que exponga cuáles son los servicios que justifican el cobro de peaje en la hidrovía** Paraná-Paraguay. No obstante, aseguró que la imposición del país vecino es ilegal.

“El lunes tenemos la primera sesión del Parlasur con la nueva delegación paraguaya y una de las cosas que vamos a pedir es **que nos expliquen cuáles son las inversiones y que nos muestren, porque es muy fácil de demostrar si efectivamente lo están haciendo**”, aseveró el parlamentario.

Los integrantes del Congreso Nacional firmaron una resolución mediante la cual se expresa la posición paraguaya. Rubin destacó el acuerdo entre los 80 diputados y 45 senadores, puesto que la hidrovía es una causa nacional y **la decisión unilateral de Argentina de imponer un peaje afecta a las importaciones y exportaciones paraguayas.**

“Tanto los diputados como senadores firmamos una resolución que pide al gobierno argentino que levante el peaje. Yo no recuerdo otra ocasión en la que 125 legisladores estuvieran de acuerdo, **evidentemente esto es una causa nacional. Esto no es un peaje legal**, es una decisión unilateral y no corresponde”, sostuvo.

El legislador por el partido Hagamos, en diálogo con la 1020 AM, detalló que las informaciones que le proveyeron desde la Cancillería nacional, señalan que **hasta la fecha el país vecino no pudo demostrar técnicamente los motivos de la imposición del peaje**, por lo que Paraguay insistirá en este punto de modo a revertir la intención de cobro.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

“Pasan los meses y **está clarísimo que no corresponde un peaje**, nosotros tenemos muy en claro y estamos abiertos a pagar un peaje si fuese necesario y si corresponde, pero no corresponde, no hay una contraprestación que realmente quede clara como para activar el peaje”, ratificó.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Paraguay

LA NACIÓN

Acuerdo UE-Mercosur podría darse a fin de año

El jefe de cooperación de la Unión Europea en Paraguay, Matteo Sirtori, dijo que las reuniones y tratativas en torno al acuerdo de los bloques de la UE y el Mercosur siguen dándose con intensidad, ya que se espera cerrar el beneficio entre las regiones a fines de este 2023.

Con este importante acuerdo, que tiene implicancias políticas pero principalmente económicas, el país tendría un amplio margen positivo en lo que hace a la producción y exportación de alimentos, señaló Sirtori. También expuso que la cumbre UE-Celac, celebrada hace dos semanas, fue importante para caminar hacia el acuerdo, ya que se entablaron temas sobre la economía y la lucha contra el cambio climático.

“Se presentó una agenda de inversiones público-privadas de 45.000 millones de euros para América Latina y el Caribe hasta 2027. Es lo que queremos movilizar en la región. Otro tema importante fue el cambio climático, es una de nuestras prioridades, el mensaje es de cooperación que países vulnerables al cambio climático, como Paraguay, pueda sumarse a las medidas de prevención”, manifestó a la 1000 AM.

En cuanto al rol que cumple Paraguay dentro del bloque regional, sostuvo que es un país importante para la UE por su posición geográfica y por ser parte del Mercosur. “Se están discutiendo cláusulas y hubo reuniones del más alto nivel con cancilleres de los miembros, ocasión en la que se dijo que se apunta a concluir este acuerdo a fines de este año”, continuó.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay

EL PAIS

Bustillo: por Brasil se "han "trabado" las negociaciones

Dijo que la "revisión" de Lula a lo actuado por Bolsonaro enlenteció búsqueda de acuerdos del Mercosur

En la Cancillería tienen asumido que, más allá del ímpetu que imprima el gobierno para firmar nuevos acuerdos comerciales, Uruguay siempre va a depender de los intereses de los países grandes y, en particular, de los de la región.

Por eso el ministro de Relaciones Exteriores, Francisco Bustillo, afirmó esta semana en el Parlamento que más allá de lo que este gobierno ha empujado para "avanzar en la profundización del Mercosur" para así abrirlo más "al mundo", en última instancia Uruguay sigue dependiendo de la anuencia de los hermanos mayores del bloque, Argentina y Brasil ¿y en lo que respecta a las negociaciones actualmente en curso, especialmente este último? o del ritmo al que quieran avanzar estos mismos socios en las líneas de negociación abiertas.

Y que ese ritmo es lento, casi estático o paralizante para lo que busca el gobierno de Luis Lacalle Pou es un reclamo que el propio jefe de Estado y su canciller vienen haciendo desde hace meses, y que Bustillo volvió ahora a hacer referencia ante la comisión de Asuntos Internacionales de la Cámara de Diputados en la sesión de este miércoles.

"Hoy en día debemos estar en unas 10 negociaciones abiertas, pero ninguna culminada", dijo el jerarca al hacer un diagnóstico del bloque, de acuerdo a la versión taquigráfica a la que accedió El País. "A tal punto es así que, inclusive, cuando





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Paraguay hace el traspaso de su presidencia Pro Tempore a favor de Uruguay en Asunción (julio de 2022), celebramos la culminación de las negociaciones con Singapur, es decir Mercosur-singapur ¿siguió explicando?. Bueno, eso no fue así; las negociaciones siguen abiertas". Y la razón, dijo, es Brasil, que aunque anunció que buscaba "negociar aspectos mínimos" que restaban con Singapur, lo que "lamentablemente" terminó ocurriendo es que no fueron tan mínimos. "Hoy la negociación está abierta porque Brasil no ha terminado de cerrarla. Es más "agregó": en términos generales, Brasil está bajo revisión de todo lo que hizo el gobierno anterior (de Jair Bolsonaro), por lo que distintas negociaciones planteadas se han trabado. Concretamente, con la Unión Europea".

Con eso último, el canciller se refirió al más reciente capítulo del relacionamiento internacional del Mercosur, que este año retomó las negociaciones con los europeos, quienes entregaron un nuevo documento con exigencias ambientales que en estos momentos analiza el gobierno de Luiz Inácio Lula da Silva.

Se trata de unas negociaciones que ya llevan casi 25 años y que habían llegado a una supuesta culminación en 2019, pero que desde entonces nunca fueron ratificadas.

"Fue un anuncio político, porque quedaban cuatro o cinco temas por cerrar, que heredamos", dijo sobre esto el ministro.

Bustillo recordó asimismo que Brasil no solo está estudiando la agenda ambiental, sino que también busca "incorporar (el capítulo de) compras gubernamentales" entre las asignaturas a reabrirse para ser negociadas, lo que complejiza aún más la situación.

LA META, CHINA. El otro gran desafío en materia de inserción internacional al que se refirió el ministro en el Parlamento tiene que ver con las negociaciones con China para la firma de un eventual Tratado de Libre Comercio (TLC), proceso que ya tiene finalizada la etapa del estudio de factibilidad conjunta, cerrada en julio del año pasado. "No es una instancia menor. La han buscado todos los gobiernos", afirmó Bustillo sobre esto, luego de destacar que el avance que según él hizo Uruguay





en esta dirección ¿y en la de otro posible TLC con Turquía?, pese a las resistencias mostradas por los socios del Mercosur, fue posible porque en su momento se contó con el aval del "gobierno anterior de Brasil".

Y destacó que tener pronto un estudio de factibilidad, por más que de momento solo está eso ¿China ha comunicado en las últimas semanas que ahora prefiere esperar a ver si las señales de Lula Da Silva se concretan y el Mercosur también se incorpora a estas negociaciones? es importante en la medida en que constituyen "los cimientos del edificio" del futuro acuerdo.

"Después se verá si se construye una casa, un edificio o un rascacielos. Son los cimientos o el prólogo del libro", señaló el canciller, que volvió a referirse a la meta que tiene hoy el gobierno en este tema, en el que ha buscado posicionarse con un sentido pragmático: "En definitiva, como he dicho en toda ocasión, nuestro compromiso es el de seguir dando pasos firmes no solo con China sino con todo país que muestre interés de negociar con Uruguay. (...) Es el compromiso ¿agregó? que de una forma u otra han exhibido todos los gobiernos, los que me antecedieron y no tengo duda que también los que nos vayan a suceder".

Otro punto que mencionó Bustillo fue el relacionamiento de Uruguay con los vecinos del barrio, y aquí destacó los avances logrados en la agenda bilateral, sobre todo con Brasil (ver recuadro), y el buen vínculo con todos en términos generales, al margen de las rispideces generadas en las últimas cumbres del Mercosur en las que Lacalle Pou fue siempre enfático al defender su postura de modernizar y flexibilizar el bloque, además de defender la legitimidad de su país para avanzar en acuerdos con terceros países.

Por último, el canciller insistió con que el objetivo del gobierno es llevar adelante "una suerte de política exterior de Estado", en el sentido de que no se está "reformulando nada".



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

"Hemos sido herederos de una política exterior que no tiene nada por inventar, sino que son distintos peldaños de una construcción permanente que se hace. Si estamos hoy en estas instancias es porque otros hicieron su trabajo muy bien", concluyó el ministro.

Bustillo: "Tenemos 10 negociaciones abiertas pero ninguna está culminada".





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay

crónicas
económicas

Acuerdo con la Unión Europea ha demorado, pero “tiene más avances que con China”

Mario Colman, presidente del Parlasur

El diputado coloniense por el Partido Nacional, Mario Colman, fue el encargado de asumir la presidencia del Parlasur en junio de este año. Dentro de sus primeras actividades como tal, fue partícipe de la Asamblea EuroLat e indicó en entrevista con CRÓNICAS que si bien el acuerdo con la Unión Europea (UE) se vio postergado, “tiene más avances que con China”.

En su nuevo rol como presidente del Parlasur, Colman destacó su participación en la EuroLat, una reunión de debates y votaciones de informes preparados por distintos conjuntos de trabajo. Allí se evaluaron varios temas como el multilateralismo, la intención de fortalecer las asociaciones estratégicas en la región, y se puso especial foco en el acuerdo Mercosur-UE.

La UE tiene como presidente actual al Estado español, un socio conocido para Uruguay. Sin embargo, este acuerdo se presenta como un desafío para el Parlasur ya que el mundo se encuentra en constante cambio y, según explicó Colman, “no podemos estar 20 años en negociaciones”.

Por otro lado, fueron abordados temas sobre el nuevo discurso de odio, las plataformas digitales y la lucha contra el crimen organizado.

Presidencia pro tempore y acuerdo Mercosur-UE



“La presidencia de Argentina no fue muy auspiciosa”, sostuvo Colman a propósito de la Cumbre del Mercosur celebrada en Misiones, donde Uruguay asumió la presidencia pro tempore del bloque.

El otro gran participante del Mercosur es Brasil y, en ese sentido, el presidente destacó la experiencia y diplomacia que aporta el país norteamericano al bloque regional. Colman destacó que durante la última presidencia llevada adelante por Brasil se generaron ciertas controversias en torno a asuntos medioambientales, “que ha cumplido con creces”, sostuvo.

Los acuerdos internacionales tienen como condición la voluntad de las partes, y en función de esto, las negociaciones con la UE se han visto demoradas. “Ninguno de los Estados han tenido la capacidad de avanzar”, insistió Colman y remarcó la actitud del presidente de la República, Luis Lacalle Pou, al impulsar la apertura de Uruguay al mundo. “Si la UE no está interesada en negociar con el Mercosur, otros lo van a hacer”, concluyó.

La asunción de España a la presidencia de la UE significa un hito para América Latina ya que fortalecería aún más las relaciones diplomáticas. En cuanto a la presidencia del Mercosur, es el turno de Brasil y esto también significa un desafío ya que se espera que el acuerdo avance en materia comercial.

TLC con China

En función de la intención del Estado uruguayo de tener una participación más dinámica en el ámbito internacional, Uruguay se encuentra en negociaciones para un Tratado de Libre Comercio (TLC) con el gigante asiático. Al respecto, Colman reflexionó que tanto este acuerdo como el de la UE son caminos que se pueden transitar en simultáneo. En ese aspecto, señaló que más allá de la demora en el acuerdo con el bloque europeo, “hay más avances que con China”.

Sin embargo, el resto de los socios del Mercosur se pronunciaron en contra de esta apertura. Desde el Parlasur, Colman sostuvo que esto supondrá un desafío, pero que es viable concretar el TLC.



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay



El Brasil que precisamos

Con estas palabras, el ex Presidente Julio María Sanguinetti tituló su habitual columna en La Nación de Buenos Aires que reproducimos a continuación.

Más de una vez se me ha oído decir que los uruguayos somos estrábicos, porque vivimos con un ojo mirando a Buenos Aires y otro a San Pablo. Nuestra dimensión física, entre dos primos hermanos enormes, que con un soplo nos generan una tormenta, ha hecho de nuestra uruguayidad más que una condición, una verdadera profesión...

La relación con esos dos vecinos no es igual, por diferencias históricas que parten desde la primera colonización, portuguesa en un lado, española en el otro. Quienes somos desde hace dos siglos el Uruguay fuimos la frontera en disputa, que configuró su autonomía en esa pulseada biface culminada en una guerra que nos dio, en realidad, la independencia de Brasil (no de España, ni de la Argentina, a la que nos habíamos adherido).

El tema es que, como dice Celso Lafer en su clásico sobre la "identidad internacional de Brasil", él es, por sus dimensiones, "un país continente", un "monster country", como Estados Unidos, Rusia o China. Sin embargo, como está situado en una América del Sur que no ha estado en la línea de las grandes tensiones entre la guerra y la paz, "no es un monster country asustador". Desde nuestra perspectiva reconoce, además, una historia muy distinta a la de los hispanos, porque el Brasil portugués mantuvo su unidad, fue monarquía hasta 1898 y tanto su independencia de la metrópoli como la manumisión de





los esclavos, los dos episodios mayores de su historia, transcurrieron también dentro de la familia imperial. Trayectoria bien distinta a nuestra dispersión, de norte a sur, de la América de habla castellana. Como alguna vez dijo con mucha gracia el presidente Lula, que cuando visitaba países homenajeara a grandes héroes de la independencia, a guerreros legendarios, pero cuando le devolvían la visita y pensaba en sus héroes, solo se le ocurrían Ayrton Sena o Pelé...

Hablando de Lula es que llegamos a nuestra realidad de hoy, con su retorno triunfal a la presidencia luego de una tormentosa peripecia judicial que lo llevó hasta la prisión. Tuvimos el honor de asistir a su posesión, junto a mi colega Mujica y a nuestro presidente uruguayo, Lacalle Pou, que nos invitó para acompañarle. Luego de una presidencia de Bolsonaro sin vocación internacional, muy errática además, esperábamos que este Brasil que "estaba de vuelta", según dijera el mandatario, nos trajera ese benévolo liderazgo que de algún modo ejerció en más de un momento. Especialmente cuando el Barón de Río Branco, el gran internacionalista, resolvió los diez conflictos de frontera del enorme territorio brasileño, desde el tratado con Francia por la Guayana en 1900 hasta el de 1909 con Uruguay, respuesta indirecta a la tesis de "costa seca" del canciller argentino Zeballos, que sostenía la total soberanía argentina en el Río de la Plata.

La verdad es que hasta el momento la presencia brasileña ha mostrado mucho andar y una intención inequívoca de protagonizar, pero demasiados pasos en falso.

Intentó transformarse en mediador en el conflicto ruso-ucraniano. Sin embargo, las declaraciones presidenciales lo dejaron más cerca de Rusia, invalidándose su aspiración de neutralidad. No dejó de reconocer la ilegitimidad de la invasión rusa, pero atribuyendo también responsabilidades tanto al presidente de Ucrania como al propio presidente de los EE.UU., Joe Biden. En el tema ha ido y venido, aclarando y aclarando, con la obvia conclusión de que ni en EE.UU. ni en Europa se lo mira con tranquilidad.

En América Latina, su actitud con Venezuela le ha valido apoyos tímidos hacia la izquierda autoritaria y rechazo enfático de la izquierda democrática de Boric o el republicanismo de Lacalle Pou. Intentar el retorno venezolano a la institucionalidad



era explicable, pero en la víspera de una reunión continental recibir al dictador con alfombra roja, afirmando que su régimen era víctima de "un relato" que había que desmentir, fue muy desmoralizador.

La reciente cumbre de la Unión Europea con la Celac volvió a dejarnos en un estado incierto. El hecho de la reunión fue de por sí afirmativo; sus conclusiones, sin embargo, no decimos descorazonadoras porque no había margen a demasiada ilusión, pero tampoco a algo tan descolorido. La declaración final se limitó a expresar una "preocupación por la guerra contra Ucrania", sin nombrar a Rusia, pero ni así votó Nicaragua. El cubano Díaz-Canel proclamó su "voluntad de continuar fortaleciendo los lazos de cooperación con la oficina de Derechos Humanos de Naciones Unidas" en el colmo de la irrealidad (por decir lo menos). Por supuesto, Boric volvió a defender su posición de principio contra la invasión a Ucrania y se ganó que el presidente brasileño lo calificara de "joven ansioso y apresurado", en una actitud paternalista con algo de ninguneo.

Quienes respetamos al presidente Lula da Silva, quienes pensamos que tiene un enorme rol a cumplir y seguimos esperando mucho de él estamos algo desalentados.

Precisamos un Brasil que de verdad saque adelante el acuerdo del Mercosur con la Unión Europea, transando lo que haya que transar sobre el Amazonas y sin introducir pujos proteccionistas que lo inviabilicen. Un Brasil que lleve el Mercosur al mundo, prohijando un gran acuerdo de liberalización comercial con China que le dé a la región un desafío de competencia enriquecedor. Que no se quede en China cuando está abierto el Cptpp con Japón, Australia y ahora hasta el Reino Unido. Que sea un efectivo portavoz democrático, capaz de reclamarle a Venezuela lo que el Informe Bachelet denunció sobre los derechos humanos en la patria de Bolívar; sin rompimientos pero sin complicidades ocultas. Que no recaiga en la mediocridad anacrónica de una Unasur que solo pretendió el alejamiento de México de la comunidad latinoamericana a la que pertenece por su cultura.

Un liderazgo se sustenta en la generación de una confianza que inspire e influya en los demás. Eso no se logra con ambigüedades o actitudes oportunistas. Por supuesto, la política internacional no es una abstracción; hay intereses



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

nacionales y conveniencias políticas, pero también debe haber generosidad de quien por su dimensión está llamado a encabezar. Lo que hizo Río Branco en su tiempo. Lo que llevó a Ruy Barbosa en 1907, en consonancia con Batlle y Ordóñez, a reclamar el arbitraje obligatorio para la solución de controversias. La idea internacionalista que impulsaron Juscelino Kubitschek y Fernando Henrique Cardoso más tarde. Un Brasil en grande, con el que podamos caminar juntos por el mundo.

No navegamos con viento a favor. No obstante, la esperanza aún alienta.





MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA



Uruguay

EL OBSERVADOR

Argentina aplica más trabas a importaciones; es "una perla más" para exportadores uruguayos

El gobierno argentino aplicó una nueva restricción a la compra de dólares para el pago de importaciones. Con la medida busca retener divisas en el país. Sin embargo, los exportadores uruguayos que venden a Argentina afirman que es "una perla más" para la compleja relación comercial con el país vecino.

La semana pasada, la administración de Alberto Fernández incluyó a la compra de dólares para el pago de importaciones de bienes en un impuesto que aplicaba a otras operaciones. Con la decisión, el Impuesto País (esa es su denominación) grava con 7,5% la compra de divisas con esa finalidad. Esa primera medida no cayó bien en industriales y exportadores.

Pero las restricciones continuaron. Este miércoles la Administración Federal de Ingresos Públicos (AFIP) dispuso un recorte de 25% en el monto autorizado para la compra de dólares a través del sistema de Capacidad Económica Financiera (CEF).

La AFIP señala que el objetivo de ese mecanismo es verificar que las operaciones realizadas por los contribuyentes se ajusten a la capacidad económica financiera determinada por el organismo. El sistema CEF es utilizado por empresas que importan regularmente.

Y suma otra complicación que se traslada hasta Uruguay. A nivel local, cada medida anunciada por el gobierno de Fernández agrega un dolor de cabeza a industriales exportadores. Desde octubre de 2022 está vigente el Sistema de Importaciones de la República Argentina (SIRA). En este caso los objetivos son fortalecer las acciones de control preventivo, por medio del seguimiento de operaciones y asegurar un adecuado desarrollo de las operaciones de comercio exterior.



El planteo oficial fue que a través del sistema se podría agilizar los plazos de pagos de las operaciones. Sin embargo, quienes exportan a Argentina sostienen que poder cobrar es un trabajo de día a día.

Ahora, con el recorte en el CEF se suma otra complicación, ya que las empresas argentinas perderán parte de los dólares que obtienen a través de ese mecanismo.

Conocida la noticia, la Unión de Exportadores (UEU) tomó contacto con sus asociados para intercambiar posiciones sobre la nueva medida.

El presidente de la UEU, Facundo Márquez, dijo a El Observador que la restricción es una dificultad más para el comercio bilateral con Argentina. Aseguró que la situación compleja "viene desde hace tiempo con trabas de todo tipo y esta medida es una perla más al largo collar de perforaciones del Mercosur". Consideró que Argentina debería tener una posición diferente por estar dentro del acuerdo del bloque regional. Pero a las claras no lo hace.

"Argentina impone trabas para que Uruguay salga al exterior (a través de acuerdos bilaterales), pero al mismo tiempo también las impone para exportar a su país. Son las incongruencias con las que hay que convivir con estos vecinos que tenemos", afirmó Márquez. En contraste, expuso, Uruguay siempre se ha mantenido dentro de los carriles formales y legales.

Para el presidente de los exportadores la administración argentina no siempre se mueve de la misma manera. "Es vox populi que hay canales grises o canales donde se apuran las importaciones y que terminan sirviendo para financiar el sistema argentino; es algo que todo el mundo sabe", dijo Márquez.

Entre enero y julio de este año, las principales exportaciones hacia Argentina fueron de autopartes, vehículos y energía eléctrica.



MERCOSUR EN LA PRENSA | MERCOSUL NA IMPRENSA

Una herramienta que se busca optimizar para facilitar el comercio bilateral con Argentina es el Sistema de Pagos en Monedas Locales (SML). A principios de julio, los bancos centrales de los dos países firmaron una carta de intención para ampliar las operaciones admitidas en el sistema. El sector industrial apuesta al SML como una de las opciones para operar. La UEU se reunió la semana pasada con el presidente del Banco Central (BCU), Diego Labat, para analizar las oportunidades que puede ofrecer para facilitar el comercio bilateral.

Márquez indicó que si una empresa uruguaya facturara una exportación en pesos argentinos le facilitaría el pago al importador. Igualmente, aclaró que la operación debe pasar por un proceso de habilitaciones a través del SIRA. "Supuestamente podría pasar más rápido. El tema que no creo que haya exportadores que quieran facturar en pesos argentinos por el riesgo de la moneda", explicó.

La otra forma es facturar en pesos uruguayos. "Por lo que sabemos hubo una sola empresa que lo hizo hasta ahora, pero sin mayores mejoras", comentó.

